

# AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE UNIVERSITÁRIOS SOBRE O PROCESSO DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Marília Silva de Mattos<sup>I</sup>

Anderson da Silveira<sup>II</sup>

**Resumo:** Atualmente no Brasil, de acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (2020) existem 36.597 postulantes à adoção cadastrados, sendo que apenas 2,7 % dos pretendentes aceitam adotar crianças e adolescentes acima da faixa etária de 10 anos de idade. Por outro lado, encontram-se aptos juridicamente para serem adotados 4.995 crianças e adolescentes, desses 83% têm idades acima de 10 anos. A compreensão das crenças, atitudes e dos significados atribuídos socialmente ao processo de adoção tem sido alvo de pesquisas no campo da Teoria das Representações Sociais. Tais estudos podem contribuir para a compreensão do fenômeno da adoção, uma vez que as representações sociais são formas de entender determinados fenômenos relacionados aos seus contextos histórico-sociais, sendo essas concepções construídas por meio das comunicações compartilhadas por grupos de pessoas em sua dinâmica social. Esse trabalho partiu da compreensão de que a obtenção do conhecimento acerca das representações sociais da adoção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional possibilita o entendimento sobre o modo como os sujeitos elaboram imagens, crenças e valores sobre este fenômeno social, permitindo compreender de que forma o conhecimento do senso comum organiza tais informações e guia as ações dos indivíduos. A presente pesquisa é justificada por proporcionar subsídios ao poder público e às instituições implicadas com o tema da adoção, para que possam elaborar e contribuir com campanhas de conscientização sobre este fenômeno, assim como tencionar e estimular a construção de políticas públicas sobre o tema. O objetivo geral da pesquisa foi descrever as representações sociais de universitários sobre o processo de adoção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Participaram da pesquisa 39 pessoas com mais de 18 anos, regularmente matriculadas nos cursos de Psicologia, Direito ou Serviço Social, de instituições localizadas no Sul do Brasil. Quanto ao método empregado a pesquisa possui natureza qualitativa, baseada em um estudo de corte transversal. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário compartilhado via web, com perguntas abertas e fechadas com o objetivo de identificar atitudes, informações e possíveis elementos do núcleo central e periférico acerca da adoção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Os dados coletados a partir das questões abertas foram analisados com o auxílio do software IRAMUTEQ, software livre que permitiu o processamento de análises estatísticas sobre os textos produzidos. Para este estudo foram utilizadas as técnicas de análise lexicográfica simples, nuvem de palavras, análise de similitude e análise prototípica. Para análise dos dados quantitativos, foi utilizado o software JAMOVI, que permitiu realizar a análise estatística descritiva dos dados coletados das questões fechadas. A partir dos resultados deste estudo, foi possível observar que existe uma diferença quanto à compreensão dos participantes em relação à adoção de crianças e de adolescentes. Observou-se que a adoção de crianças é mais associada à dimensão afetiva, enquanto a adoção

---

<sup>I</sup> Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. E-mail: [mariliapsicologia.mattos@gmail.com](mailto:mariliapsicologia.mattos@gmail.com).

<sup>II</sup> Mestre em Psicologia pelo PPGP/UFSC. Professor Titular na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

de adolescentes é mais focada nas questões relacionadas à responsabilidade, com grande centralidade na ideia de que a adoção de adolescentes é sinônimo de dificuldade.

**Palavras-chave:** Adoção. Crianças. Adolescentes. Teoria das Representações Sociais.

## 1. INTRODUÇÃO

A palavra adoção etimologicamente se origina do termo em latim *adotare* que tem como significado o ato de optar ou decidir-se por, escolher, preferir (CFP, 2008). O conceito de adoção está vinculado a um ato jurídico e de acordo com o Artigo 41 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desvinculando-o de qualquer vínculo com genitores e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais (BRASIL, 1990).

A filiação adotiva envolve o acolhimento legal e afetivo em um ambiente familiar e está presente nas sociedades desde os tempos mais remotos, sendo considerada por muito tempo como uma alternativa para dar filhos a pais que não podiam gerá-los biologicamente (WEBER, 2000). Não é possível determinar com exatidão em que momento da história da humanidade a prática da adoção teve início. Porém, de acordo com Paiva (2004) existem referências a este fenômeno em escritos bíblicos e no código de Hamurabi (1686 a.C.), que é considerado o primeiro texto jurídico da civilização. Por muito tempo a prática da adoção foi empregada com a finalidade única de favorecer às famílias adotantes, muitas vezes visando apenas garantir sua descendência, sem considerar as necessidades do adotado (VARGAS, 2013).

No cenário contemporâneo brasileiro, somente a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (BRASIL, 1990) e com o estabelecimento da Nova Lei da Adoção (Lei 12.010/09), esta prática passou a ser regulamentada, com a observância ao melhor interesse da criança e do adolescente, alterando dessa forma a antiga concepção e dando ênfase na busca por uma família à criança e ao adolescente em situação de acolhimento institucional, visando o estabelecimento de uma nova cultura da adoção. Conforme Paiva (2004), no campo das adoções, o ECA representa um importante avanço no tocante às políticas públicas destinadas em favor de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Essas alterações ocorridas na legislação contribuíram para que avanços e melhorias fossem alcançados, tais como: a aquisição de igualdade de direitos e deveres em relação aos filhos biológicos, assim como a introdução de facilitações quanto às regras para adoção. Com isso, uma nova concepção de infância e

adolescência ganha lugar na sociedade, contribuindo para que estes passassem a ser vistos como sujeitos de direitos, com seus valores intrínsecos de seres humanos.

Estima-se que existem atualmente no Brasil 36.597 postulantes à adoção cadastrados, sendo que apenas 2,7 % dos pretendentes aceitam adotar crianças e adolescentes acima da faixa etária de 10 anos de idade (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2020). Por outro lado, encontram-se aptos a serem adotados 4.995 crianças e adolescentes, no entanto 83% desses têm idades acima de 10 anos. Segundo Vargas (2013) recém-nascidos, brancos, do sexo feminino – pois as mulheres são representadas na sociedade como mais dóceis e mais adaptáveis a novos ambientes – são a preferência da grande maioria dos requerentes à adoção em detrimento daquelas crianças e adolescentes que não se enquadram nesse perfil. Ebrahim (2001) destaca que a adoção de crianças maiores, também chamada de adoção tardia, assim como a adoção em si, é carregada de preconceitos e frequentemente é associada a problemas e fracassos. Ressalta, ainda, que as crianças maiores em situação de acolhimento e aptas juridicamente para serem adotadas disponíveis para adoção esperam por pais e os pais esperam por bebês, o que pressupõe que a adoção no Brasil ainda é vista por muitos como solução para a infertilidade.

A discrepância existente entre o total de crianças e adolescentes disponíveis para adoção e o total de pretendentes, talvez possa ser explicada pela incompatibilidade entre o perfil desejado dos pretendentes e a real condição das crianças e adolescentes que estão disponíveis para serem adotados. Provavelmente este dado represente a causa da morosidade da fila de espera, o que frequentemente transforma-se em dificuldades como ansiedade, angústia e expectativas, visto que o tempo de espera não tem um prazo pré-determinado (NASCIMENTO, 2017).

A compreensão das crenças, atitudes e dos significados atribuídos socialmente ao processo de adoção tem sido alvo de pesquisas no campo da Teoria das Representações Sociais (ALBUQUERQUE; SOUZA; SILVA, 2019; SILVA; BIASUS, 2020). No entanto, percebe-se que ainda há carência na produção de trabalhos científicos, suscitando novos estudos sobre as representações sociais da adoção no cenário brasileiro. Tais estudos podem contribuir para a compreensão do fenômeno da adoção, uma vez que as representações sociais são formas de entender determinados fenômenos relacionados aos seus contextos histórico-sociais, sendo essas concepções construídas por meio das comunicações compartilhadas por grupos de pessoas em sua dinâmica social (JODELET, 2001).

Vala (2006), caracterizou as representações sociais como uma teoria científica relacionada ao modo como os sujeitos interpretam e dão sentido aos objetos sociais a partir de suas interações. Logo, a investigação de como as representações sociais a respeito da adoção

são formadas, possibilitam identificar as crenças, atitudes, opiniões e outros elementos importantes para a compreensão popular desse fenômeno. Dessa forma contribuindo para a identificação dos significados da adoção no senso comum.

A partir do estudo da Teoria das Representações Sociais torna-se possível identificar crenças, imagens, atitudes e expectativas elaboradas pelos sujeitos a respeito de determinado fenômeno. Nesse sentido, a obtenção de conhecimento acerca das representações sociais da adoção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional disponíveis para adoção, possibilita a compreensão sobre o modo como os sujeitos elaboram as imagens, crenças e valores sobre este fenômeno social, permitindo compreender de que forma o conhecimento do senso comum organiza tais informações e guia as ações dos indivíduos (JODELET, 2001). Logo, esta pesquisa é justificada por proporcionar subsídios ao poder público e às instituições implicadas com o tema da adoção, para que possam elaborar e contribuir com campanhas de conscientização sobre este fenômeno, assim como tencionar e estimular a construção de políticas públicas voltadas para uma preparação de pretendentes à adoção e acompanhamento pós adoção. Diante do exposto, a presente pesquisa se propõe a responder a seguinte pergunta: quais as representações sociais de universitários sobre o processo de adoção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional?

A Teoria das Representações Sociais teve sua origem na França, a partir da tese de doutorado de Serge Moscovici *La Psychanalyse, son image et son publique* (A psicanálise, sua imagem e seu público) publicada 1961. Este livro organiza os conceitos seminais da teoria, visando compreender os processos envolvidos na apropriação de teorias científicas, oriundos das interações entre os indivíduos pertencentes a diferentes grupos sociais (VALA, 2006). Nesta obra Moscovici analisou de que forma o conhecimento científico da psicanálise era transformado em conhecimento comum pela sociedade, a partir das crenças e dos conhecimentos prévios de cada grupo: operários, estudantes, profissionais liberais, alunos de escolas técnicas etc. (MOSCOVICI, 2012).

Foi a partir da teoria das representações coletivas do sociólogo Émile Durkheim que o conceito de representações sociais foi desenvolvido, sendo que o primeiro enfatizava o caráter coletivo e imutável dos fenômenos sociais, considerando que a representação seria mera reprodução do coletivo, ignorando as características individuais nas formas de pensar e agir dos sujeitos (JUSTO, 2012). Este conceito foi reconhecido por Moscovici em seus aspectos relevantes, porém este direcionou sua análise à ideia de que as representações sociais são uma forma peculiar de obter conhecimento e que estas são construídas pelos indivíduos ao

elaborarem e compartilharem tais conhecimentos, destacando a natureza dinâmica das representações sociais nas sociedades atuais (MOSCOVICI, 1981).

Embora Moscovici não tivesse conceituado a teoria das representações sociais de forma definitiva, a partir de seu referencial teórico foram desenvolvidas abordagens relacionadas a determinados enfoques e que se complementam, sendo a abordagem dimensional elaborada tendo como base conceitual seus escritos. Tal abordagem é considerada a mais tradicional e com destaque aos aspectos relacionados às dimensões informação, atitude e imagem (JUSTO, 2012).

O principal objetivo da representação para Moscovici, é tornar um objeto que é não-familiar em algo familiar, criando uma representação a partir do que já se tem como conhecimento (MOSCOVICI, 1981) fazendo associações, aproximações e comparações, produzindo assim explicações sobre a realidade. Conforme Moscovici (1981 p. 181), as representações sociais podem ser entendidas como:

Um conjunto de conceitos, afirmações e explicações originadas no cotidiano, no decurso de comunicações. Elas são equivalentes, em nossa sociedade, aos mitos e sistemas de crença nas sociedades tradicionais; elas podem até mesmo serem vistas como uma versão contemporânea do senso comum.

Considerando o mecanismo de passagem do saber científico como sendo o universo reificado e para o saber do senso comum como o universo consensual, Moscovici, – a partir de sua abordagem dimensional das representações sociais – destacou três dimensões na formação da representação, quais sejam: informação, atitude e campo de representação (JUSTO, 2012). A dimensão informação refere-se ao nível de conhecimento do indivíduo a respeito de determinado objeto social; quanto à atitude relaciona-se com o grau de favorabilidade ou não a dado objeto, levando em consideração o componente emocional, pois depende das experiências individuais, visto que envolve um posicionamento diante do objeto social; concernente ao componente imagem, denota-se o campo da representação, relacionado a um tipo de síntese do conteúdo representacional. Moscovici (1981, p. 193) destacou que as representações sociais são geradas a partir de dois processos cognitivos, a ancoragem e a objetificação. Nesse mecanismo a ancoragem pode ser aludida a uma amarração, no sentido de amarrar aquilo que é novo e inquietante a um objeto antigo e já conhecido. Já a objetificação consiste em transformar a imagem em um objeto e relaciona-se à sua concretização (MOSCOVICI, 1981).

A abordagem dinâmica desenvolvida por Denise Jodelet, que é uma sistematizadora das ideias de Moscovici, traz a concepção de representação social como sendo “[...] um saber elaborado e partilhado socialmente, com um objetivo prático que possibilita a construção de

uma realidade comum, que orienta e organiza os comportamentos e as transmissões de informações nos grupos sociais” (JODELET, 2001, p. 22). Sendo assim, a representação social pode ser entendida como uma modalidade de saber que é construída nas trocas e nas práticas cotidianas e que está relacionada ao conhecimento do senso comum.

Jodelet (2001), descreve a representação social como um ato de pensamento através do qual um sujeito se remete a um objeto, podendo este referir-se tanto a algo material quanto da ordem do imaginário. Nesse sentido, representar é equivalente a evocar objetos mentalmente e segundo a autora, a representação social é sempre de alguma coisa (objeto da representação) e de alguém (sujeito), sendo as características dos dois elementos manifestadas na representação.

A importância das representações sociais na vida cotidiana é marcada pela maneira como estas orientam a forma como os grupos sociais nomeiam e definem, em conjunto, aspectos da realidade, guiando suas ações e influenciando na forma de atribuir sentido à realidade. Ou seja, as representações sociais são criadas devido à necessidade dos sujeitos de se informar sobre o mundo, assim como de saber como agir diante da realidade apresentada (JODELET, 2001).

A abordagem estrutural, também conhecida como a Escola do Midi<sup>III</sup>, desenvolvida por Jean Claude Abric, que inaugurou a teoria do núcleo central em 1976, na *Université de Provence*, trouxe outras contribuições à teoria das representações sociais, no entanto sua concretização ocorreu somente uma década mais tarde. Sá (1996 p. 51) destaca que “a teoria do núcleo central constitui uma abordagem complementar à ‘grande teoria’ de Moscovici e seu propósito é [...] contribuir para o refinamento conceitual, teórico e metodológico do estudo das representações sociais”.

De acordo com Abric (2003), por representação social entende-se um conjunto organizado e estruturado de informações, crenças, opiniões e atitudes, relacionado a um objeto, sendo partes constituintes desse conjunto, elementos centrais e periféricos. Nesse conjunto o núcleo central é a estrutura mais importante e está relacionada à imagem da representação, nele estão inseridos elementos em quantidade limitada e organizados hierarquicamente, ou seja, alguns elementos são mais importantes do que outros. O autor salienta ainda, o papel fundamental do núcleo central, destacando suas funções como determinantes do significado da representação (função geradora), da organização interna (função organizadora); da estabilidade (função estabilizadora), correspondendo a uma parte mais resistente às mudanças. Sendo assim,

---

<sup>III</sup> O grupo do Midi refere-se a trabalhos desenvolvidos sob a liderança de Jean-Claude Abric e Claude Flament, por pesquisadores de universidades situadas na Região do Midi no sul da França.

a representação é determinada pelo núcleo central, contribuindo para que os valores, as crenças e as normas próprios de determinado grupo perdurem.

Com relação ao sistema periférico, trata-se da parte mais acessível e com maior probabilidade de sofrer alterações, tendo como funções a concretização, regulação, prescrição de comportamentos, proteção do núcleo central (impedindo a modificação do núcleo central) e personalização (SÁ, 1996). Nesse sentido, a modificação do núcleo central ocorre de forma muito lenta, ou seja, poderá durar mais tempo e à medida que as práticas sociais forem se modificando, o núcleo central poderá se modificar também, alterando assim a representação do objeto.

Mediante tais aspectos, a teoria das representações sociais mostra-se importante para compreender os significados e os sentidos atribuídos ao processo de adoção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional que nessa pesquisa visou compreender essas representações sociais a partir da percepção de estudantes de graduação. Neste estudo, a interpretação dos dados e dos fenômenos relacionados à Teoria das Representações Sociais foi realizada com base na abordagem dimensional de Moscovici (2012), em conjunto com a abordagem estrutural de Abric (2003).

No que tange as representações sociais da adoção, a valorização ou não da prática da adoção ocorreu em diferentes épocas e contextos ao longo da história e de acordo com aspectos culturais e jurídicos. Durante a Antiguidade foi uma forma de constituição familiar valorizada, pois atendia às necessidades de descendência familiar. Já na Idade Média, com o predomínio do cenário religioso, a adoção não era vista com bons olhos pela igreja católica, pois contrariava as normas relacionadas ao casamento (PAIVA, 2004; JUSTO; RIPPEL; MAIER, 2017). Somente a partir da Idade Moderna é que a composição familiar da adoção volta a ter aceitação, visto que o abandono de crianças havia se tornado oneroso para o Estado (ALBUQUERQUE, 2016).

No Brasil, até o ano de 1988, no qual a legislação vigente era considerada um entrave ao processo de adoção, devido à morosidade burocrática, o meio mais utilizado para esta prática foi a “adoção à brasileira”, modalidade na qual qualquer pessoa poderia registrar como próprios, os filhos de outros, sem passar pelos trâmites legais. Esse era o argumento utilizado como justificativa pelos adotantes para tal prática ilegal (VARGAS, 2013). Nesse sentido, mudanças nas regras, leis e nas concepções da adoção ao longo do tempo foram ocorrendo de acordo com as épocas e contextos sociais.

A partir de movimentos sociais da época e da Constituição Federal de 1988, especificamente em seu artigo 227, §6º, avanços importantes no que tange à garantia de direitos

da criança e do adolescente são conquistados. A instituição do Estatuto da criança e do adolescente (ECA), Lei de nº 8.069, de 1990, a partir da Declaração Universal dos Direitos da Criança, traz novas melhorias e a simplificação do processo de adoção. As últimas alterações ocorreram no ano de 2017, com a modificação da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), para dispor sobre entrega voluntária, destituição do poder familiar, acolhimento, apadrinhamento, guarda e adoção de crianças e adolescentes, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estender garantias trabalhistas aos adotantes, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para acrescentar nova possibilidade de destituição do poder familiar (BRASIL, 2017).

Em consonância com a Nova Lei de Adoção, foi colocado em execução o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no ano de 2008, hoje chamado Sistema Nacional de Adoção (SNA), com o intuito de contribuir para o andamento dos processos de adoção, assim como para a sistematização das informações referentes às situações em que se encontram as crianças e os adolescentes institucionalizados no Brasil.

Os dados atualizados do Conselho Nacional de Justiça apontam a existência de 30.923 crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no Brasil, sendo que 5.142 estão disponíveis para adoção.

Deste total, as crianças disponíveis que não estão vinculadas (em fase de aproximação com pretendentes), 83% têm acima de 10 anos, e apenas 2,7% dos pretendentes aceitam adotar crianças e adolescentes acima desta faixa etária. Os dados encontram-se disponíveis para toda a população no painel *on-line* do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), implantado em 2019 e regulamentado pela resolução 289/2019 do CNJ.

Considerando as pesquisas analisadas durante o percurso de elaboração deste projeto, percebe-se forte relação de questões culturais nas práticas de adoção. Quanto aos pais adotantes é comum a preferência por determinados perfis: crianças com idades inferiores a dois anos, brancas e do sexo feminino. De acordo com Costa e Rossetti-Ferreira (2007), isso pode ser devido ao fato de que a adoção de crianças maiores com frequência é associada a estigmas de mau comportamento relacionados às questões genéticas. Esta postura pode indicar a presença de uma representação social da “criança ideal” para adoção que acaba servindo como um guia para as ações dos adotantes.

No Brasil, vários autores têm pesquisado a respeito das motivações que levam pretendentes a adoção a optarem pela filiação por meio do projeto adotivo (REPPOLD; HUTZ, 2003; VARGAS, 2013; GIACOMOZZI; NICOLETTI e GODINHO, 2016), dentre elas

destacam-se a infertilidade, altruísmo, perda de um filho biológico, crença de que a adoção facilita a fecundação, caridade e filantropia, entre outras. Diante disso, torna-se pertinente o estudo das representações sociais envolvidas no processo adotivo, uma vez que crenças, valores, diversidades culturais e legais interferem nas práticas da sociedade e orientam suas ações.

Sinteticamente, pode-se dizer que uma representação social é uma “modalidade de conhecimento particular, que tem como função elaborar comportamentos e a comunicação entre indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26). Ao elaborar a teoria das representações sociais, Moscovici buscou compreender como diferentes grupos constroem teorias leigas sobre objetos que circulam no meio social. Tal teoria é importante para a compreensão das práticas sociais, pois a medida em que o fluxo de informações sobre um mesmo objeto circula por um grupo, ele passa a organizar os valores, as atitudes e influenciar o comportamento das pessoas. Visto que as pessoas não são seres autômatos, mas têm suas condutas influenciadas por suas crenças e informações que têm a respeito das coisas.

Apesar da relevância do tema, a representação social da adoção é um tema pouco estudado no Brasil (SILVA; BIASUS, 2019; GIACOMOZZI; NICOLETTI; GODINHO, 2016), o que indica a necessidade de produções científicas que possibilitem compreender o que as pessoas pensam sobre esta forma de constituição familiar. Silva e Biasus (2019), realizaram uma revisão sobre o tema da adoção na literatura nacional e dividiram os estudos em quatro categorias: especificidades da adoção, relação adotiva, adultos e representações sociais. Com relação às especificidades da adoção, foi identificado que quanto mais os adotantes recebem informações sobre o processo adotivo e quanto maior é o contato com as crianças e jovens, maiores são as chances de ampliarem o perfil de adoção desejado. O que contribui para que crianças e jovens fora do perfil, comumente idealizado (brancas, sem complicações de saúde, sem grupo de irmãos), sejam adotadas.

A categoria relação adotiva analisou a construção do vínculo entre adotado e adotante, assim como as questões referentes à revelação da adoção e os aspectos que influenciam no desenvolvimento e formação identitária da criança ou adolescente. Na categoria adultos, as questões relacionadas a mitos e preconceitos foram observadas na forma como os pais (de uma forma geral), concebem a adoção a partir de diferenciações feitas a partir do senso comum. Relacionando a adoção à infertilidade e a discriminação pela ausência de consanguinidade parental. Por fim, na categoria representações sociais, foi observada a forma como os pais naturalizam a adoção, em especial a adoção de crianças e adolescentes fora do perfil mais procurado. O que evidencia a existência de uma relação entre todas as categorias anteriores,

destacando a importância e a necessidade da atuação dos grupos de apoio à adoção, como forma de orientar e problematizar o projeto adotivo junto aos pretendentes/adotantes.

Baldessar e Castro (2020), em um estudo sobre as representações sociais da adoção tardia, observaram pretendentes a pais, antes e após o curso de preparação para a adoção. As pesquisadoras identificaram que ao final do curso houve uma modificação nas crenças dos participantes, supostamente devido à uma tomada de consciência a respeito de seus medos e receios em relação à adoção, agregando a esta um sentido mais positivo. Dessa forma verifica-se a importância da informação como elemento capaz de alterar a representação sobre a adoção. A dimensão informação é parte integrante das representações sociais e sua função é organizar os conhecimentos que determinado grupo possui sobre um dado objeto (JUSTO, 2012).

A temática da adoção transita no pensamento social envolta em crenças, mitos, concepções e preconceitos que são compartilhados nos grupos sociais em suas interações. Estudos sobre as preferências dos pretendentes à adoção (VARGAS, 2013; GIACOMOZZI; NICOLETTI; GODINHO, 2016), ressaltam que uma grande maioria destes aguarda na fila de espera por crianças menores, enquanto crianças maiores aguardam por uma família.

Buscando compreender as representações sociais de pretendentes sobre a adoção convencional (adoção de crianças menores) e a adoção tardia, Albuquerque, Souza e Silva (2019) verificaram que os postulantes se posicionaram de modo favorável à modalidade convencional de adoção e contrário à modalidade tardia. As autoras identificaram que os participantes do estudo reconheceram a importância da adoção tardia, no entanto salientaram a preferência pela adoção convencional, que se ancorou em representações tradicionais da adoção. A partir deste estudo verificou-se a necessidade de um trabalho focado na desconstrução de crenças equivocadas arraigadas, que dificultam o processo de adoção. O que parece ser uma constatação saturada nos estudos sobre adoção, porém uma realidade difícil de ser modificada.

A adoção de crianças maiores frequentemente é associada a dificuldades e enfrentamentos futuros, com relação à educação planejada pelos pais e aos possíveis traumas que estas carregam em razão das rupturas com laços afetivos (SAMPAIO; MAGALHÃES; FÉRES-CARNEIRO, 2018). Tais dificuldades devem-se ao fato da existência de crenças relacionadas ao mau comportamento herdado geneticamente e às adversidades e turbulências características da adolescência, que podem ser confundidas com o fracasso da adoção, reforçando a necessidade da preparação do pretendente ao processo adotivo (ALBUQUERQUE; SOUZA; SILVA, 2019; WEBER, 2000).

As representações sociais da adoção por casais homoafetivos foram analisadas por Santos et al. (2018), que constataram haver posicionamentos predominantemente favoráveis relacionados ao melhor interesse do adotando, no entanto, posicionamentos contrários foram verificados com a relação a possíveis dificuldades de adaptação ao modelo familiar por parte do adotando. Para os autores, tais atitudes preconceituosas devem-se à não aceitação da homoparentalidade em nossa sociedade – ainda que seja conferido o amparo legal – o que reforça a necessidade de uma conscientização sobre o tema a fim de desmitificar crenças que desfavorecem o andamento do processo de adoção de casais homoafetivos.

A partir de uma pesquisa sobre as representações sociais da adoção para pretendentes à adoção, bem como do perfil das crianças pretendidas e das motivações para adoção, realizada por Giacomozzi, Nicoletti e Godinho (2016), foi possível observar que, com relação ao perfil das crianças, quando questionados pretendentes na maioria brancos, estes alegaram ser importante que a criança seja parecida com os pais para que não sofra preconceito. Estes dados são confirmados no estudo de Weber (2011), no qual os pais não se consideram preconceituosos, mas sim a sociedade. Com relação às idades das crianças, a grande maioria dos pretendentes demonstrou ter preferência por aquelas com idade inferior a três anos, sendo que este dado se contrapõe à real situação-, nas quais grande parte das crianças e adolescentes disponíveis para adoção tem idades entre 11 e 18 anos (GIACOMOZZI; NICOLETTI; GODINHO, 2016). Dentre as justificativas sobre as preferências apresentadas pelos postulantes à adoção, foram manifestados o desejo de poder participar de todas as fases de desenvolvimento do filho; facilidade em consolidar o vínculo parento-filial e facilidades no processo educacional de ajustamento do comportamento. A principal categoria analisada sobre as representações sociais dos pretendentes sobre adoção foi a da adoção como “um ato de amor”, na qual ressaltou-se a necessidade de considerar uma adequação normativa das representações sociais presentes em instrumentos de pesquisa, que influenciam nas respostas dos entrevistados. A pesquisa evidenciou também contraposições nos discursos entre os gêneros a respeito da adoção, nas quais as mulheres referem-se a aspectos afetivos enquanto os homens demonstram preocupação com a estrutura material e com direitos das crianças.

Com base nos resultados de tais estudos percebe-se que a recorrente escolha dos adotantes, referente a idealização do perfil da criança a ser adotada (bebês, brancas, sem complicações de saúde, sem grupo de irmãos), parece indicar que este tipo de opção não é feita de forma casual ou aleatória, mas é influenciada por normas e padrões sociais que podem estar intimamente ligados às representações sociais relativas à adoção. Diante desta e de outras características relacionadas aos processos de adoção, este estudo pretendeu investigar a

representações sociais de universitários sobre o processo de adoção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. A pesquisa buscou compreender as representações sociais de universitários vinculados aos cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social, visto que estes cursos formam profissionais que futuramente poderão compor equipes multiprofissionais na área da adoção, por isso a importância de compreender as representações sociais desse grupo.

## **2. MÉTODO**

### **2.1 TIPO DE PESQUISA**

Tratou-se de um estudo de natureza qualitativa, de corte transversal. Conforme Silveira e Córdova (2009), a pesquisa de natureza qualitativa dá importância aos estudos aprofundados na compreensão das relações sociais de um determinado grupo, preocupando-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Quanto aos objetivos mais gerais tratou-se de uma pesquisa descritiva. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987 apud SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

### **2.2 PARTICIPANTES**

Participaram da pesquisa 39 pessoas, sendo que dessas, a grande maioria ( $n=37$ ) são do sexo feminino, com idades entre 18 anos e 58 anos ( $M= 27$ ;  $DP=10$ ). Acerca do estado civil 26 participantes informaram ser solteiros, 11 participantes informaram estar casados ou em união estável, 2 participantes referiram estar separados e do total de participantes, 12 indicaram possuir filhos. A grande maioria dos participantes (35) indicou residir em Santa Catarina e o restante em outros 4 Estados.

Com relação ao curso de graduação dos participantes, a grande maioria ( $n=26$ ) informou estar regularmente matriculada no curso de Psicologia (66,7%), Direito (15,4%) e Serviço Social (17,9%), de instituições localizadas no Sul do Brasil. É importante salientar que devido a diferença da distribuição dos participantes em relação ao curso, e o baixo número de respondentes, não foram realizadas comparações das respostas dos participantes em relação a variável curso de graduação. Logo, considerou-se as respostas dos estudantes dos diferentes cursos como sendo parte de um grupo único.

Quanto à religião, a maior parte dos participantes ( $n=10$ ) se considera agnóstico, 9 participantes informaram ser católicos, 6 participantes se disseram espíritas e os demais participantes informaram pertencer a outras religiões. Com relação ao nível socioeconômico 15 participantes indicaram receber de 1 a 2 salários mínimos, 10 participantes indicaram receber mais de 5 salários mínimos, 5 participantes disseram receber até 1 salário mínimo, outros 5 participantes indicaram receber de 2 a 3 salários mínimos, 3 participantes recebem de 4 a 5 salários mínimos e 1 participante recebe de 3 a 4 salários mínimos.

### 2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário com perguntas abertas (evocações livres) e fechadas com o objetivo de identificar as atitudes, informações e os possíveis elementos do núcleo central e periférico acerca da adoção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional aptos juridicamente para adoção. Também foi aplicado um questionário sociodemográfico com o objetivo de caracterizar os participantes. De acordo com Gil (2008), o questionário pode ser definido como a técnica de investigação composta por um conjunto itens/questões com a finalidade de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores e comportamentos do presente ou passado. O instrumento de coleta de dados foi elaborado com 21 questões.

### 2.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

O questionário online foi compartilhado inicialmente com pessoas da rede social da pesquisadora, que atendessem aos critérios de inclusão. Os participantes também foram convidados a divulgar a pesquisa com pessoas próximas, como forma de colaborar com o estudo. Antes de responder a pesquisa, os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual foi possível obter informações sobre a pesquisa e o contato com os pesquisadores. Ao concordar com os termos do TCLE e indicar que atendiam aos critérios de inclusão, foi possibilitado aos participantes responder ao questionário. Após o preenchimento os respondentes poderiam solicitar o recebimento dos resultados, via e-mail, que será disponibilizado após a conclusão da pesquisa. Destaca-se que a coleta dos dados só foi iniciada após a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética e Pesquisa da UNISUL, conforme o parecer 4.226.659.

## 2.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados com o auxílio do software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Trata-se de um programa livre que se ancora no software R, e que permite processamento e análises estatísticas de textos produzidos (CAMARGO; JUSTO, 2013). Para este estudo foram utilizadas as técnicas de análise lexicográfica simples, nuvem de palavras, análise de similitude e análise prototípica. A análise lexicográfica simples, permitiu analisar a frequência das palavras nos textos das respostas abertas, possibilitando uma análise preliminar e exploratória das perguntas abertas do questionário. A nuvem de palavras também foi empregada para a análise exploratória dos conteúdos textuais, uma vez que possibilita a representação gráfica das formas mais frequentes no texto. A análise de similitude foi empregada para analisar a estrutura dos conteúdos textuais, por meio da verificação da coocorrência das formas evocadas pelos participantes. Finalmente, a análise prototípica foi empregada para analisar a organização dos elementos presentes no núcleo central e periférico das respostas adquiridas a partir das questões baseadas nos testes de evocação livre (CAMARGO; JUSTO, 2013). Para análise dos dados quantitativos, foi utilizado o software JAMOVI, versão 1.2, disponível gratuitamente em <https://www.jamovi.org>. Esse programa permitiu realizar a análise estatística descritiva dos dados coletados nas questões fechadas, além de organizar as tabelas apresentadas neste trabalho.

## 3 RESULTADOS

O objetivo geral deste estudo foi descrever as representações sociais de universitários sobre o processo de adoção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Para avaliar o nível de conhecimento dos participantes sobre o processo de adoção, foi aplicada uma questão composta por 12 itens na qual foi solicitado que estes assinalassem somente as alternativas que considerassem corretas. O quadro 1 apresenta a síntese dos resultados (erros e acertos) dos participantes. Somando as respostas de todos os participantes, houve um total de 311 (66%) de alternativas marcadas corretamente e 157 (34%) de alternativas marcadas incorretamente.

Quadro 1 – Nível de conhecimento dos participantes acerca do processo de adoção.

Item	Acertos	Erros
1. Um casal que ganha dois salários-mínimos e que deseja ter um filho, pode solicitar adoção.	25	14
2. Casais homoafetivos podem realizar uma adoção, com igual condição de casais héteros.	28	11
3. Pessoas solteiras podem solicitar adoção.	36	3
4. É necessário haver uma diferença mínima de idade entre o adotante e o adotado.	32	7
5. A pessoa que tem interesse em adotar deve buscar informações nas instituições de acolhimento (abrigos).	10	29
6. A realização de curso de preparação psicossocial e jurídica para adoção é opcional.	31	8
7. Um filho adotado tem, legalmente, os mesmos direitos que um filho biológico.	34	5
8. É possível adotar crianças ou adolescentes de outros países.	29	10
9. O processo de adoção é irrevogável.	15	24
10. O pretendente à adoção pode escolher as características físicas da criança a ser adotada.	26	13
11. O processo de adoção é isento de custas judiciais.	15	24
12. Mães e pais por adoção têm direito à licença maternidade/paternidade.	30	9

Fonte: elaborado pela autora, 2020.

No que tange às preferências dos participantes, sobre o perfil desejado das crianças ou adolescentes à serem adotadas, a maioria dos participantes indicou a preferência por crianças. Apenas 6 dos 39 participantes indicaram que adorariam adolescentes meninas ( $n=4$ ) ou adolescentes meninos ( $n=2$ ). Conforme pode ser observado na Tabela 1, dentre todas as alternativas, a que teve maior número de respostas indicou a preferência dos participantes pela adoção do seguinte perfil “criança menina, recém nascida” ( $n=7$ ).

Tabela 1 – Preferências dos participantes em relação à idade e sexo para a adoção.

Perfil	<i>f</i>	%	% cumulativo
Criança menino, recém nascido	5	12.8 %	12.8 %
Criança menina, recém nascida	7	17.9 %	30.8 %
Criança menino, de 1 a 3 anos	6	15.4 %	46.2 %
Criança menina, de 1 a 3 anos	3	7.7 %	53.8 %

Tabela 1 – Preferências dos participantes em relação à idade e sexo para a adoção.

<b>Perfil</b>	<b>f</b>	<b>%</b>	<b>% cumulativo</b>
Criança menino, de 4 a 12 anos	6	15.4 %	69.2 %
Criança menina, de 4 a 12 anos	6	15.4 %	84.6 %
Adolescente menino	2	5.1 %	89.7 %
Adolescente menina	4	10.3 %	100.0 %

Fonte: a autora, 2020.

Ao serem questionados em relação à raça/cor da criança/adolescente a ser adotado, 33 participantes indicaram que este não seria um critério para eles, 3 indicaram que adotariam crianças da cor preta, 2 indicaram que adotariam crianças da cor branca e 1 participante indicou que adotaria uma criança da cor parda.

Com relação a adotar crianças com algum tipo de síndrome/doença, a maioria dos participantes ( $n=21$ ) informou que adotaria, enquanto 18 participantes responderam que não. Os participantes consideram que a adoção é uma prática importante, sendo 89,7% indicando ter essa opinião, 1 participante indicando que não concorda e nem discorda e nenhum participante informou discordar dessa assertiva.

Referente às motivações para adotar, os participantes consideram que as pessoas adotam, principalmente, para possibilitar a formação de uma família ( $n=27$ ), 9 participantes disseram que a adoção se dá por conta do afeto, 2 participantes consideram que a adoção se dá por conta de cidadania e 1 participante entende que a adoção se dá razões altruísticas.

Conforme se observa na Tabela 2, ao serem questionados se adotariam uma criança/adolescente em situação de acolhimento institucional disponíveis para a adoção, a maioria dos participantes informou concordar. Com relação a terem conhecimento de alguém que tenha filhos adotados, 34 participantes informaram positivamente a essa assertiva.

Tabela 2 – Distribuição dos participantes em relação à adoção

<b>Você adotaria criança/adolescente em situação de acolhimento institucional</b>	<b>f</b>	<b>%</b>
Concordo	12	30.8 %
Concordo totalmente	19	48.7 %
Discordo	1	2.6 %
Discordo totalmente	1	2.6 %
Nem concordo e nem discordo	6	15.4 %

Tabela 2 – Distribuição dos participantes em relação à adoção

<b>Você adotaria criança/adolescente em situação de acolhimento institucional</b>	<b><i>f</i></b>	<b>%</b>
---	-----------------	----------

Fonte: a autora, 2020.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 3, ao serem questionados se consideram que as crianças adotadas sofrem maior preconceito pela sua formação familiar, a maioria dos participantes respondeu que concorda.

Tabela 3 – Distribuição referente ao preconceito relacionado às crianças adotadas

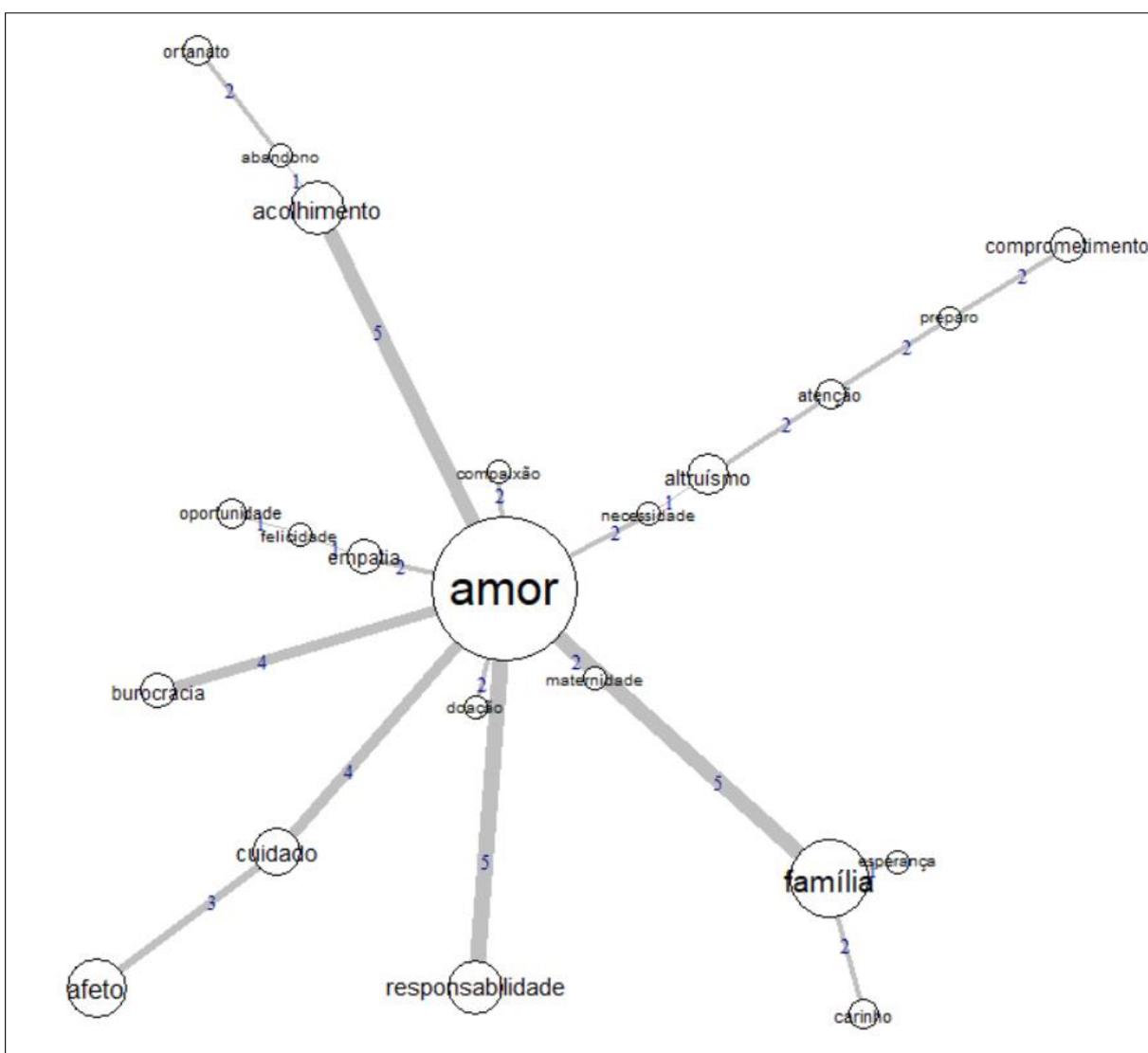
<b>Adotados sofrem maior preconceito</b>	<b><i>f</i></b>	<b>%</b>
Concordo	20	51.3 %
Concordo totalmente	6	15.4 %
Discordo	5	12.8 %
Discordo totalmente	1	2.6 %
Nem concordo e nem discordo	7	17.9 %

Fonte: a autora, 2020.

A seguir serão analisados os elementos representacionais gerados a partir das duas evocações livres, utilizadas para descrever a percepção dos participantes em relação a adoção de crianças e de adolescentes. Estas foram originadas a partir de duas perguntas: 1) *Cite quatro palavras que lhe vem à mente em relação a seguinte expressão: ‘adoção de crianças’*” e 2) *“Cite quatro palavras que lhe vem à mente em relação a seguinte expressão: ‘adoção de adolescentes’*”. Após cada um destes testes de evocação, foi solicitado aos participantes para descrever o significado da primeira palavra que ele escolheu para caracterizar a adoção de crianças e adoção de adolescentes.

As respostas aos testes de evocação livre foram inicialmente submetidas à análise de similitude. Com base nesta análise foi possível observar as coocorrências entre as palavras e as indicações de conexidade entre elas, auxiliando na identificação da estrutura do conteúdo do corpus textual (CAMARGO, 2020). Com relação a adoção de crianças, verificou-se que o conteúdo das evocações livres estava organizado em torno da palavra “amor”, sendo que esta coocorre 5 vezes com as palavras “família”, “acolhimento” e “responsabilidade”, 4 vezes com as palavras “cuidado” e “burocracia”, 2 vezes com as palavras “compaixão”, “necessidade”, “doação”, “maternidade” e “empatia (Figura 3).

Figura 3- Análise de similitude relativa ao termo indutor “adoção de crianças”.

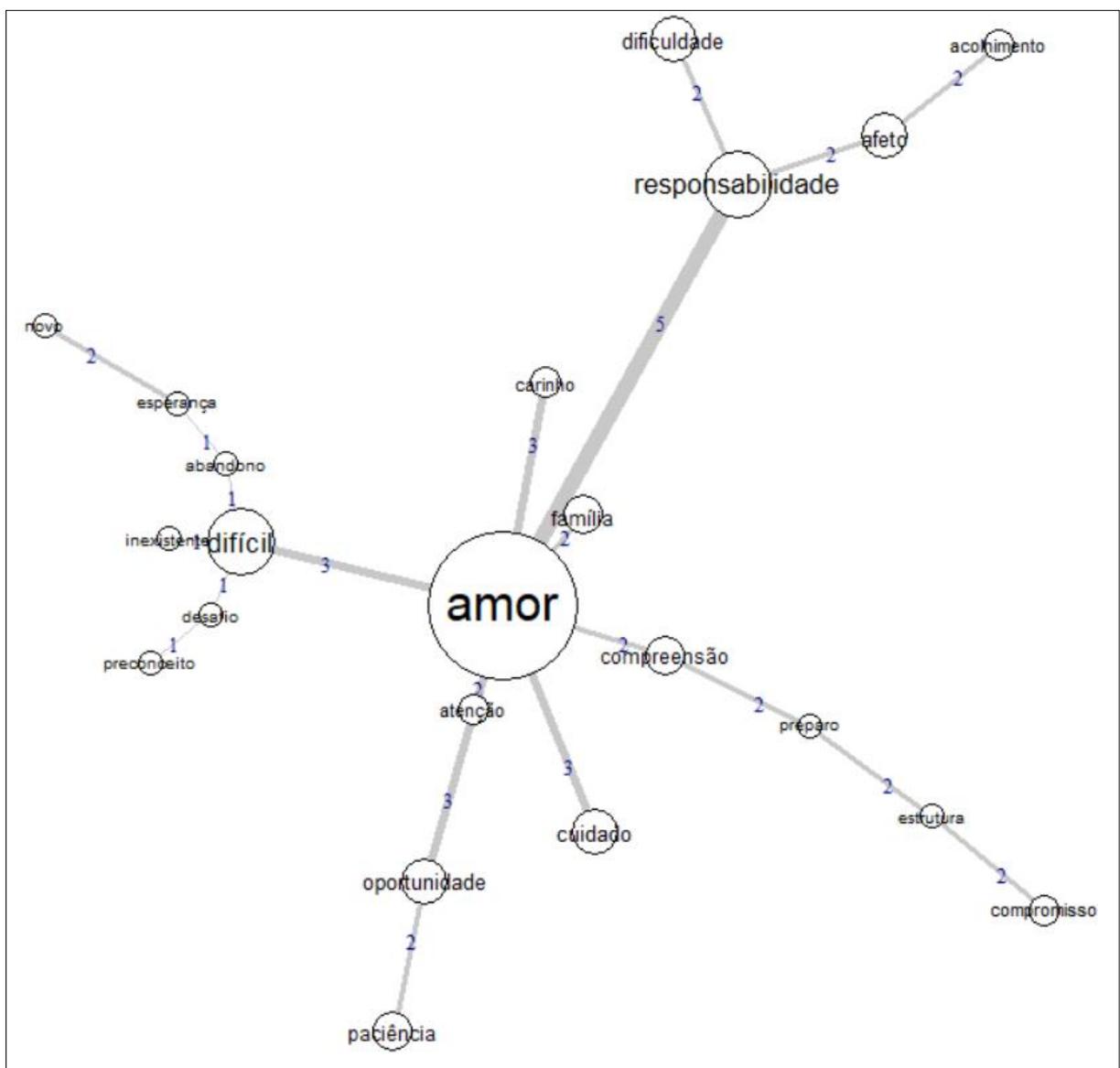


Fonte: a autora, 2020

Referente à adoção de adolescentes, a análise de similitude indicou que o conteúdo das evocações livres dos participantes organiza-se igualmente em torno da palavra “amor”, sendo

que esta coocorre 5 vezes com a palavra “responsabilidade”, 3 vezes com as palavras “difícil”, “carinho”, “cuidado” e 2 vezes com as palavras “atenção”, “família” e “compreensão”. Nesse sentido, o elemento que estrutura a representação social da adoção de crianças e adolescentes, para esses participantes, é a dimensão afetiva. Porém, observa-se uma diferença nas palavras que coocorrem ao termo amor, para significar a adoção de crianças e de adolescentes.

Figura 4 - Análise de similitude relativa ao termo indutor “adoção de adolescentes”.



Fonte: a autora, 2020

As evocações livres representadas nas Figuras 3 e 4 também foram submetidas à uma análise de quadrantes ou prototípica. A análise prototípica trata-se de um diagrama de quatro

quadrantes que classifica as palavras ou os elementos de significação por meio de um duplo critério: frequência e ordem de evocação. O primeiro quadrante (superior esquerdo), contém as palavras que tem uma frequência maior que a média e baixa ordem de evocação. São aquelas palavras que foram mais prontamente evocadas. No segundo quadrante (superior direito), estão as palavras que tem alta frequência, porém não sendo estas prontamente evocadas. O terceiro quadrante (inferior esquerdo), apresenta as palavras que foram prontamente, porém com frequência abaixo da média. E o quarto quadrante (inferior direito), contém as palavras com menor frequência e maior ordem de evocação, sendo estas as palavras que indicam as diferenciações no grupo de participantes pesquisados (CAMARGO, 2020).

Conforme se pode observar na figura 5, no quadro referente à adoção de crianças, no primeiro quadrante (superior esquerdo) encontram-se os elementos: “amor”, “família” e “altruísmo”, sendo que estes foram mais prontamente evocados e tiveram maior frequência, indicando o núcleo central da representação social que os participantes têm sobre a adoção de crianças. No quadrante superior direito ou na primeira periferia, é possível observar que os elementos evocados são: “afeto”, “responsabilidade”, “acolhimento” e “cuidado”, representando as palavras com alta frequência de evocação, porém que não foram prontamente evocadas. O quadrante inferior esquerdo ou a zona de contraste, apresenta os elementos: “burocracia”, “orfanato”, “oportunidade”, “preparo”, “compaixão”, “abandono” e “maternidade”, sendo estes elementos prontamente evocados, porém com frequência abaixo da média. Já o quarto quadrante (inferior direito) apresenta os elementos que foram evocados com menor frequência e também nas últimas colocações, ou seja, não foram as primeiras palavras evocadas: “comprometimento”, “empatia”, “carinho”, “atenção”, “necessidade”, “doação”, “felicidade” e “esperança”. Indicam os elementos menos salientes, provavelmente periféricos na estrutura da representação do grupo social, porém trazem aspectos mais individualizados dos participantes (WACHELKE, 2009).

Figura 5- Análise prototípica relativa ao termo indutor “adoção de crianças”.

		OME $\leq$ 2.36		OME $>$ 2.36			
		Elemento	F*	OME**	Elemento	F	OME
<b>f <math>\geq</math> 4.82</b>	Amor		22	1.5	Afeto	8	2.8
	Família		11	2.2	Responsabilidade	7	3.1
	Altruísmo		5	1.8	Acolhimento	7	2.7
					Cuidado	6	3.5
<b>f <math>&lt;</math> 4.82</b>	Burocracia		4	2	Comprometimento	4	3
	Orfanato		3	1.7	Empatia	4	2.5
	Oportunidade		3	2	Carinho	3	3.3
	Preparo		2	1	Atenção	3	4
	Compaixão		2	2	Necessidade	2	2.5
	Abandono		2	1.5	Doação	2	2.5
	Maternidade		2	2	Felicidade	2	3.5
					Esperança	2	3

Nota: \*F = frequência de evocação. \*\*OME = Ordem Média de Evocação

Fonte: a autora, 2020

Na Figura 6, é possível visualizar os resultados da análise prototípica referente a adoção de adolescentes. A análise dos quadrantes demonstra que o núcleo central composto pelas expressões “difícil”, “responsabilidade”, “dificuldade” e “oportunidade”. No quadrante superior direito encontram-se os elementos: “amor”, “afeto” e “cuidado”, indicando as palavras com frequência elevada, no entanto que não foram evocadas tão prontamente. No quadrante inferior esquerdo são observados os elementos de contraste: “família”, “compreensão”, “preparo”, “abandono” e “esperança”, representando as palavras evocadas prontamente, porém com baixa frequência. Já no quadrante inferior direito os elementos evocados menos prontamente e também menos ranqueadas foram: “paciência”, “compromisso”, “acolhimento”, “atenção”, “carinho”, “novo”, “estrutura”, “preconceito”, “inexistente” e “desafio”.

Figura 6- Análise prototípica relativa ao termo indutor “adoção de adolescentes”.

		OME $\leq$ 2.36		OME $>$ 2.36			
		Elemento	F*	OME**	Elemento	F	OME
<b>f <math>\geq</math> 4.36</b>		Difícil	8	1.1	Amor	19	2.3
		Responsabilidade	8	1.9	Afeto	5	2.6
		Dificuldade	6	1.7	Cuidado	5	3.6
		Oportunidade	5	1.2			
<b>f <math>&lt;</math> 4.36</b>		Família	4	2.2	Paciência	4	2.5
		Compreensão	4	1.5	Compromisso	3	3
		Prepararo	2	2	Acolhimento	3	2.3
		Abandono	2	1	Atenção	3	3.3
		Esperança	2	2	Carinho	3	3
					Novo	2	2.5
					Estrutura	2	2.4
					Preconceito	2	2.3
				Inexistente	2	3	
				Desafio	2	3.5	

Nota: \*F = frequência de evocação. \*\*OME = Ordem Média de Evocação

Fonte: a autora, 2020.

A análise prototípica parece confirmar a hipótese levantada inicialmente na análise de similitude, de que existem diferenças nos elementos representacionais evocados pelos participantes deste estudo, em relação a adoção de crianças e adolescentes.

A fim de compreender os elementos decorrentes da evocação livre, foi solicitado aos participantes deste estudo que descrevessem o significado da primeira palavra escolhida para caracterizar a adoção de crianças e adoção de adolescentes. Estas respostas foram organizadas em um gráfico de nuvem palavras. Esse tipo de análise permite agrupar as palavras e as organizar graficamente em função da sua frequência, estruturando-as em forma de nuvem e classificando-as em tamanhos diferentes, onde as palavras maiores têm maior importância no corpus textual. É uma análise lexical mais simples, porém graficamente interessante, possibilitando a rápida identificação das palavras-chave de um corpus (JUSTO; CAMARGO, 2014). A partir da análise da nuvem de palavras evocadas pelos participantes, com relação à adoção de crianças, percebe-se que as palavras “amor” ( $f=17$ ), “adoção” ( $f=16$ ), “família” ( $f=10$ ), adotar ( $f=10$ ) e processo ( $f=7$ ) aparecem em destaque. Já com relação à adoção de adolescentes, os termos de maior destaque são: “adoção” ( $f=13$ ), “vida” ( $f=9$ ), “criança” ( $f=8$ ), “difícil” ( $f=8$ ) e “pai” ( $f=7$ ).

Figura 1- nuvem de palavras relacionadas à adoção de crianças

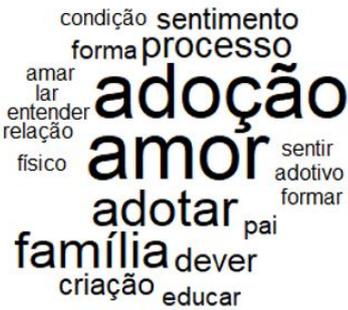
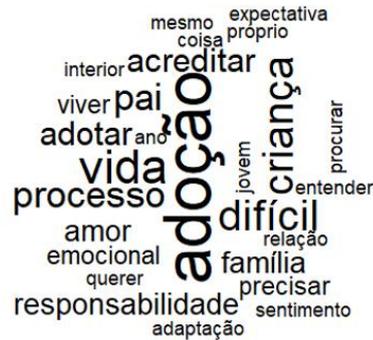


Figura 2- nuvem de palavras relacionadas à adoção de adolescentes.



Fonte: a autora, 2020.

Analisando o conteúdo textual das respostas que geraram as nuvens de palavras, foram escolhidas três frases escritas pelos participantes sobre a adoção de crianças e adolescentes. Em relação a adoção de crianças a Participante 8 afirma que *“adotar é um ato de amor. É proporcionar condições para que alguém se desenvolva de forma saudável física e emocionalmente. É estar presente e disponível para cuidar.* Nesta mesma direção a Participante 10 indica que *“Uma criança tem que ser amada. Essa é a relação de amor com a adoção”*. Por último, destaca-se frase *“adotar é um ato de amor incondicional”* (Participante 11).

Em relação à adoção de adolescentes, algumas frases escritas pelos participantes salientam as dificuldades relativas à adaptação do adolescente e dos pais: *“Acredito que adoção de adolescente seja muito mais difícil do que a de bebês. Acho que estes têm maior procura, penso que deve ter uma adaptação difícil tanto para os pais, como para os adolescentes”* (Participante 34). Também é sustentada a ideia de que o adolescente já passou por situações em sua história que podem dificultar sua adaptação em uma nova família: *“Acredito que a adoção de adolescentes seja difícil, porque o indivíduo já teve a cabeça formada. Ele já deve ter passado por outros lares ou deve está por lá, por conta de uma situação traumática com os pais biológicos* (Participante 21). Alguns participantes também citaram que os adolescentes possuem menos chances de serem adotados, conforme é explicitado na fala da Participante 7 *“As crianças são mais procuradas no processo de adoção, enquanto que os adolescentes são esquecidos e deixados de lado.”*

Como última questão do instrumento de coleta de dados foi proposto aos participantes que sintetizassem o termo adoção a partir da escolha de uma imagem. O caráter da questão foi opcional, portanto, nem todos os participantes responderam. Porém, as imagens escolhidas

reforçam a dimensão afetiva relacionada ao processo de adoção. As palavras abraço e família foram as mais escolhidas para representar uma imagem do processo de adoção.

Tabela 4 – Imagens evocadas para representar o processo de adoção.

<b>Imagem escolhida</b>	<b><i>n</i></b>
Abraço	6
Família	6
Coração	2
Mãos em rede	1
Laço	1
Folha em branco	1
Mundo	1
Deus	1
Nossa Senhora	1

Fonte: a autora, 2020.

## **4 DISCUSSÃO**

Este estudo buscou descrever os elementos das representações sociais de universitários sobre o processo de adoção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Para organização da discussão, os resultados obtidos foram agrupados a partir de três dimensões: a) o nível de conhecimentos dos universitários sobre o processo de adoção, b) as atitudes dos universitários sobre o processo de adoção de crianças e adolescentes, e c) os elementos constituintes das representações sociais dos estudantes sobre o processo de adoção de crianças e adolescentes. Nesta última dimensão, foram analisados os elementos referentes ao processo de ancoragem e objetificação da adoção, a partir das respostas dos participantes. A objetificação constitui-se na concretização de algo abstrato, ou seja, a transformação de elementos conceituais em figuras ou imagens. Já a ancoragem transforma um objeto/fenômeno novo em algo já conhecido (MOSCOVICI, 2012).

### **4.1 O NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS UNIVERSITÁRIOS SOBRE O PROCESSO DE ADOÇÃO**

Segundo Moscovici (1978), a informação a respeito dos objetos sociais é uma das dimensões que compõem a representação social e refere-se à organização dos conhecimentos que um grupo possui sobre um determinado objeto social, assim como à quantidade e qualidade deste conhecimento.

Com base nos resultados obtidos a partir das respostas assinaladas nas questões referentes ao processo de adoção, foi possível avaliar o nível de conhecimento dos universitários, que demonstraram alcançar um bom conhecimento a respeito do tema (66% de acertos). No entanto, em relação ao item 5, referente ao local designado para que o postulante busque informações a respeito da adoção, houve um número considerável de respostas incorretas ( $n=29$ ), indicando que a maior parte dos participantes da pesquisa não teve acesso à essa informação de forma satisfatória sobre o tema. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as pessoas interessadas em adotar uma criança ou adolescente em situação de acolhimento institucional deverão dirigir-se até a Vara da Infância e Juventude da comarca na qual residem.

Com relação ao item 9, foi verificado um baixo número de respostas corretas (15), referente à impossibilidade de que o processo de adoção seja desfeito. Conforme o artigo 39 § 1º do Estatuto da criança e do adolescente (ECA): “a adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa, na forma do parágrafo único do artigo 25 desta Lei” (BRASIL, 1990).

O mesmo ocorre com relação ao item 11, no qual percebeu-se haver pouco conhecimento a respeito da isenção de custas judiciais que envolvem o processo de adoção. Em concordância com o artigo 141, § 2º do Estatuto da criança e do adolescente (ECA): “as ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas e emolumentos, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé” (BRASIL, 1990).

#### 4.2 AS ATITUDES DOS UNIVERSITÁRIOS SOBRE O PROCESSO DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ao pesquisar as representações sociais de universitários acerca do processo de adoção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, o estudo identificou os elementos que podem indicar a favorabilidade ou não dos participantes em relação à adoção.

Com relação à cor/raça da criança ou adolescente a serem adotados, observou-se uma flexibilidade por parte dos participantes ao indicarem que a raça/cor do adotando não seria um

critério para eles. No entanto, esse dado parece divergir dos dados encontrados em outros estudos que pesquisaram as preferências em relação a este critério, nos quais a maioria dos pretendentes indicou ter predileção por crianças de cor branca (AMIN e MENANDRO, 2007; VARGAS, 2013). Nesse sentido, é possível que esse resultado esteja relacionado ao fenômeno da zona muda (Abriç, 2005), no qual os sujeitos evitam expressar conteúdos que seja contra as ideias baseadas na conformidade social.

Quanto ao perfil do adotando observou-se que prevaleceu a preferência por uma criança do sexo feminino, seguido da preferência por crianças com idades até 3 anos. Percebe-se nas respostas dos participantes, ao relatarem a preferência de idades no caso de adoção, o maior interesse por crianças com idades entre zero a três anos, corroborando, de forma semelhante, as pesquisas de Weber (2004) e Justo, Rippel e Maier (2017), nas quais são apontadas as preferências por crianças menores de dois anos. Esse dado também é confirmado nos estudos de Giacomozzi, Nicoletti e Godinho (2016), nos quais a idade das crianças a serem adotadas foi um dos campos com maior exigência, 30.1% indicaram a preferência por adotar bebês de até um ano de idade e 21.7% indicaram que adotariam uma criança até 3 anos de idade. Destaca-se que dos 39 participantes, 7 deles indicaram preferir adotar uma criança do sexo feminino recém-nascida, enquanto que apenas 2 participantes indicaram que adotariam um adolescente do sexo masculino.

Os resultados deste estudo são corroborados pelos achados de Albuquerque, Souza e Silva (2019), os quais apontam uma favorabilidade à adoção de crianças menores, em detrimento da adoção dita tardia, indicando haver uma ancoragem da preferência pela adoção convencional em representações tradicionais dessa prática, ainda que exista um reconhecimento da relevância da adoção de crianças maiores por parte dos participantes.

Com relação ao preconceito experimentado por adotandos devido à sua formação familiar, mais da metade dos participantes indicou concordar com essa afirmação, demonstrando que a adoção ainda está atrelada a questões de discriminação. Reppold e Hutz (2003), em seu estudo que objetivou investigar as motivações para a adoção, evidenciaram a grande frequência das situações de preconceito a que as famílias adotivas são expostas.

#### 4.3 OS ELEMENTOS CONSTITUINTES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS ESTUDANTES SOBRE O PROCESSO DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

A terceira dimensão apontada por Moscovici (1978) que se articula às anteriores para formar a representação social é o campo de representação e refere-se à ideia de imagem, de modelo social, no qual há uma unidade hierarquizada de elementos.

Percebe-se que o núcleo central da representação da adoção de crianças está mais relacionado ao elemento amor, pois este foi identificado como o mais frequente, seguido do elemento família, afeto, cuidado, acolhimento, podendo estes elementos representar as características essenciais para a formação de uma família. Com relação ao elemento altruísmo, é possível que este indique uma tendência por parte dos pretendentes a ancorar a adoção à caridade, bondade e filantropia.

Referente à adoção de adolescentes, o núcleo central da representação apresenta marcadamente elementos relacionados às dificuldades que envolvem esta prática, indicando a centralidade da representação para este grupo (ABRIC, 2003). Estes elementos podem trazer indícios dos motivos pelos quais a adoção de adolescentes no Brasil seja menos frequente.

Os resultados obtidos com relação às dificuldades associadas à adoção de crianças maiores são confirmados nos estudos de Sampaio, Magalhães e Féres-Carneiro (2018) e nos estudos de Albuquerque e Souza (2019), nos quais são destacadas as dificuldades que circundam encontros futuros relacionados a possíveis traumas originados por interrupções de vínculos experimentadas pelos adotados. Da mesma forma, são verificados indicativos de crenças relacionadas ao mau comportamento herdado da família biológica do adolescente, que via de regra são confundidos às turbulências próprias da fase da adolescência, que por vezes podem dificultar o processo de adoção e de educação pretendida pelos pretendentes. Isso fica bastante evidenciado nas respostas abertas dos participantes, quando tiveram de significar a escolha da primeira palavra da evocação relacionada à adoção de adolescentes. Também têm destaque na análise os elementos responsabilidade e oportunidade, que podem estar associados ao comprometimento necessário ao pretendente no processo de adoção em proporcionar uma oportunidade de construção de um novo vínculo, bem como de colaborarem com a educação de um adolescente.

No que tange à conexão entre os elementos, com relação à adoção de crianças, observou-se que o elemento amor apresenta uma ligação importante com os elementos família e cuidado, o que pode indicar que a ideia de adotar é atravessada pelo afeto que suscita o cuidado na construção familiar. A partir da análise de similitude, a qual ilustra a organização das representações com base nas ligações entre os elementos evocados, percebe-se que o elemento da representação social da adoção de crianças mais compartilhado entre os participantes da pesquisa foi o elemento amor, seguido dos elementos burocracia e responsabilidade. Esses

achados podem estar associados ao amor e à responsabilidade que envolvem o ato de adotar, assim como o elemento burocracia pode indicar o processo jurídico, necessário para garantir o interesse da criança e do adolescente e que é considerado um processo lento e difícil, pelos pretendentes, conforme pôde ser observado em alguns estudos (ALBUQUERQUE, 2016; ALBUQUERQUE, SOUZA e SILVA, 2019). Já com relação à adoção de adolescentes, os elementos com maior proximidade são amor, carinho, cuidado e família, que podem estar relacionados ao afeto necessário à formação familiar.

Com relação à objetificação, ao escolherem uma imagem que sintetizasse a adoção de crianças e de adolescentes, os participantes indicaram a figura do abraço, sendo possível inferir que a representação social da adoção é objetificada na imagem do abraço e está relacionada ao afeto e ao acolhimento. Esse dado é igualmente demonstrado nos estudos de Giacomozzi, Nicoletti e Godinho (2016), que identificaram a representação social da adoção como um ato de amor, sendo esta categoria a mais citada pelos participantes. Da mesma forma, na pesquisa de Justo, Rippel e Maier (2017), foram encontrados achados semelhantes sendo identificado o elemento amor como organizador da representação social da adoção. O mesmo pode ser verificado na pesquisa de Baldessar e castro (2020), a qual identificou que o núcleo central das representações sociais dos pretendentes à adoção foi o elemento amor.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das análises realizadas, com relação ao conhecimento compartilhado sobre esse fenômeno nos grupos sociais estudados e a partir dos resultados obtidos das imagens evocadas foi possível observar que existe uma diferença quanto à compreensão dos participantes em relação à adoção de crianças e de adolescentes. Percebe-se que a adoção de crianças é mais associada à dimensão afetiva, enquanto que a adoção de adolescentes é mais focada nas questões relacionadas à responsabilidade, algumas vezes ocorrendo com elementos indicando questões relacionadas a dificuldades.

Conclui-se que os resultados obtidos nessa pesquisa são corroborados aos achados de outras pesquisas realizadas sobre representação social da adoção de crianças e de adolescentes, nas quais a representação social da adoção parte da dimensão do afeto quando vinculada à realidade da adoção de crianças. Já a representação da adoção de adolescentes estaria mais atrelada à dimensão da dificuldade. O que pode ser confirmado empiricamente em sites governamentais, como o portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no painel *on-line* do Sistema Nacional de Adoção (SNA), implantado nacionalmente em 2019, o qual evidencia que

de um total de 5.152 crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional disponíveis para adoção, 2023 são adolescentes.

A adolescência é refletida em nossa sociedade enquanto um período de irrequietação e de insubordinação, próprias dessa fase, as quais predispõem à correlação desses eventos ao processo de adaptação, criando entraves à formação dos vínculos necessários ao processo de adoção. Essas representações, de alguma maneira, parecem conduzir as condutas das pessoas (Jodelet, 2001) em relação à adoção de crianças e adolescentes.

Os resultados encontrados por meio deste estudo poderão contribuir para a realização de outras pesquisas sobre o tema da adoção, bem como contribuir para o processo de construção de políticas públicas de conscientização acerca da importância da adoção de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Ressalta-se que a presente pesquisa apresentou limitações com relação à coleta de dados, visto que diferentemente do esperado houve pouca adesão de respondentes ao instrumento.

Considerando os déficits encontrados nos resultados obtidos, referentes ao nível de conhecimento dos participantes e que os mesmos fazem parte de um grupo de pessoas com acesso ao nível superior, entende-se ser necessário ampliar as discussões e debates sobre o tema, a fim de que a sociedade em geral também tenha acesso a esse saber, de modo que possa contribuir para a desmitificação da adoção.

## REFERÊNCIAS

ABRIC, J-C. A abordagem estrutural das representações sociais: Desenvolvimentos recentes. In: P.H.F., Campos & M. C., Loureiro. (Eds.). **Representações sociais e práticas educativas** (pp. 37-57). Goiânia: UCG, 2003.

ALBUQUERQUE, Leonam Amitaf Ferreira Pinto de; SOUZA, Andréa Xavier de Albuquerque; SILVA, Josevânia. Representações Sociais Elaboradas por Postulantes sobre Adoção Convencional e Adoção Tardia. **Revista da Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 2, p. 15-33, dez. 2019. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-50272019000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-50272019000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 11 jun. 2020. <<http://dx.doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i2.2950>>.

ALBUQUERQUE, L. A. Representações sociais sobre adoção convencional e adoção tardia: um estudo com postulantes. Campina Grande. PB, 2016.

AMIN, I. D., & MENANDRO, P. R. M. (2007). Preferências por características do futuro filho adotivo manifestadas por pretendentes à adoção. *Interação em Psicologia*, 11(2), 241-252.

BALDESSAR, Jerusa C. & CASTRO, Amanda. SSN: 2238-9091 (Online). Representações sociais da adoção tardia: o amor vinculado ao medo. **O Social em Questão** - Ano XXIII - nº 47 Mai/Ago 2020. Disponível em: <[http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_47\\_SL2.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_47_SL2.pdf)>. Acesso em: 02/06/2020.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA - **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Acesso em: 26 de abril 2020.

BRASIL. Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992.

BRASIL. **Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).**

BOCK, Ana Mercês B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. *Psicologia, escola e educacional*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-76, jan./jun. 2007.

CAMPOS, R. & LIMA, S. (2011). A devolução das crianças no processo de adoção: análise das consequências para o desenvolvimento infantil. <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0274.pdf>

CAMARGO BV, Justo AM. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas Psicol* [Internet]. 2013 [citado 2015 out. 15];21(2):513-8. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>

CAMARGO, Brígido Vizeu. **Métodos e procedimentos de pesquisa em ciências humanas e psicologia**. Curitiba: CRV, 2020

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Estatísticas da Adoção e do Acolhimento no Brasil**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/estatisticas-da-adoacao-e-do-acolhimento-no-brasil-sna/>>. Acesso em: 26/04/2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Adoção: um direito de todos e todas**. Brasília: CFP, 2008. p. 12.

COSTA, N. R. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se Pai e Mãe em um processo de adoção tardia. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 20(3), 425-434.

EBRAHIM, S. G. Adoção tardia: Altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 14(1), 73-80, jan. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/prc/v14n1/5208.pdf>>. Acesso em: 26/04/2020.

GIACOMOZZI, A.; NICOLETTI, M.; GODINHO, E. As representações sociais e as motivações para adoção de pretendentes brasileiros à adoção. **Psychologica**, v. 58, n. 1, p. 41-64, 19 fev. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Ed.), **As representações sociais** (pp. 17-44). Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

JUSTO, A. M. (2012). *Representação Social*. Rio do Sul: UNIDAVI – PROEPEX.

JUSTO, A. M. & CAMARGO, B. V. (2014). Estudos qualitativos e o uso de softwares para análises lexicais.

JUSTO, Ana Maria; RIPPEL, Luisa Carina Gessi; MAIER, Tamara Conte. Representações sociais sobre adoção de crianças e adolescentes institucionalizados: um estudo entre universitários de psicologia e direito. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, [S.l.], v. 2, n. 2, ago. 2019. ISSN 2526-3560. Disponível em: <<http://www.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/view/459>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

LEVINZON, Gina K. A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. **Mudanças: Psicologia da Saúde**, 14(1), jun. 2006. 24-31. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722012000100007&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722012000100007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 17/04/2020.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. (1981). On social representation. In: J. P. Forgas (Org). *Social Cognition*. London: Academic Press.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2012.

NASCIMENTO, Livia de Almeida. **Adoção no Brasil: crianças e adolescentes disponíveis para adoção e o número de pretendentes cadastrados. Por que os números não fecham?** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PAIVA, Leila Dutra. **Adoção: Significados e Possibilidades**. São Paulo: Casa do Psicólogo. Coleção Psicologia Jurídica, 2004.

PRADO, Mariana Rodrigues. **O Processo de Adoção no Brasil**. Presidente Prudente. SP, 2006.

REPPOLD, Caroline T. & HUTZ, Claudio S. Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas. **Estudos de psicologia** Natal, v. 8, n. 1, p. 25-36, Apr. 2003. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2003000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000100004&lng=en&nrm=iso)>. access on 24 May 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100004>.

RIEDE, J. E., & SARTORI, G. L. Z. (2017). Adoção e os fatores de risco: do afeto à devolução das crianças e adolescentes. *Perspectiva*, 37(138), p.143-154.

SCHETTINI, Suzana Sofia Moeller; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Famílias adotivas: identidade e diferença. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.11, n. 2, p. 285-293, maio/ago. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pe/v11n2/v11n2a06.pdf>>. Acesso em: 17/04/2020.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo Central das Representações Sociais** - Petrópolis. RJ Vozes, 1996.

SAMPAIO, Débora da Silva; MAGALHAES, Andrea Seixas; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Pedras no Caminho da Adoção Tardia: Desafios para o Vínculo Parento-filial na Percepção dos Pais. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 1, p. 311-324, Mar. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2358-18832018000100311&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-18832018000100311&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jun. 2020

SANTOS, J. V. O., ARAÚJO, L. F., NEGREIROS, F., & CERQUEIRA-Santos, E. (2018). Adoção De Crianças Por Casais Homossexuais: As Representações Sociais. *Trends in Psychology*, 26(1), 139- 152. doi: <https://doi.org/10.9788/tp2018.1-06pt>SILVA, Marcel; BIASUS, Felipe. (2019). Representação social da adoção: O que pensam crianças e adolescentes? **Revista Vivências**, Erechim v.16. p. 201-217. Jan./jun. 2020.

SILVA, Angélica Gomes da. Quando a devolução acontece nos processos de adoção: um estudo a partir das narrativas de assistentes sociais no Tribunal de Justiça de Minas Gerais / Angélica Gomes da Silva. – Franca: [s.n.], 2017. 216 f.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. Cap. 2. p. 31-42. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 12/06/2020.

The jamovi project (2020). *jamovi*. (Version 1.2) [Computer Software]. Retrieved from <https://www.jamovi.org>.

VALA, Jorge. **Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano**. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia Social*. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

VARGAS, Marliete M. **Adoção tardia: Da família sonhada à família possível**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2013.

WACHELKE, João Fernando Rech. Índice de Centralidade de Representações Sociais a partir de Evocações (INCEV): Exemplo de Aplicação no Estudo da Representação Social sobre Envelhecimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, [s.l.], v. 1, n. 22, p.102-110, 2009.

WEBER, Lidia N. **Aspectos psicológicos da adoção**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

WEBER. Lidia N. D. Famílias adotivas e mitos sobre laço de sangue. 1996 Disponível em: <<http://www.lidiaweber.com.br/artigoscientificos.html>> - Acesso em 13/07/2020.

WEBER, L. Filhos de ninguém. **Conjuntura social: Crianças e jovens**, 4, 30-36, 2000. Disponível em: <<https://geracaoamanha.org.br/site/wp-content/uploads/2018/08/Os-filhos-de-ninguem.pdf>>. Acesso em: 03/06/2020.

WEBER, Lídia Natália Dobrianskyj. Da institucionalização à adoção: um caminho possível? **Revista Igualdade**, Paraná, v.9, n.1, p. 01-09, 1995.